

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA  
SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO**

ATA

SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2025, reuniu a Assembleia da União de Freguesias de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, pelas 21.00 horas, na sede da União de Freguesias, em Sessão Ordinária e Pública com a seguinte ordem de trabalhos:

**Antes da Ordem dos Trabalhos:** -----

1. Assuntos Gerais de interesse para a Autarquia. -----

**Ordem dos Trabalhos:** -----

2. Apresentação e votação da Moção pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975.-----

3.Tomada de Posse dos Novos Órgãos Autárquicos da Freguesia, do membro que faltou ao ato de instalação. -----

4. Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca das atividades desenvolvidas e da situação financeira da Freguesia, ao abrigo do disposto na alínea e), nº 2 do Art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

5.Discussão e aprovação do Mapa de pessoal, nos termos do nº 3 do art. 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de fevereiro. -----

6.Discussão e aprovação das Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2026. -----

7.Discussão e aprovação da proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia, nos termos do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

**Verificaram-se as seguintes presenças:** -----

Abílio de Melo Rosário Sabino, Fernando Manuel Martins Clérigo, Maria José Carvalho Ferreira Rocha, Sérgio José Fialho Pereira, Ana Isabel Jacinto Marques Arroja, Osvaldo Machado Verdasca, Rita Margarida da Costa Faro Moiteiro, Tiago André da Silva Barata, Pedro Duarte da Silva Fonseca Gândara Raposo, Ana Sofia Gomes Cardoso, Carlos Miguel Rocha Loureiro, Sara Margarida de Carvalho Malhoa e Isa Paula Carvalho Nobre.

**Pediram substituição:** Paulo Manuel Soeiro Seixas. -----

Por parte do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes os seguintes membros: -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA  
SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO

ATA

SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Pedro José Rodrigues Morgado Brás, Fernando Miguel Rodrigues de Brito Monteiro, Teresa Sofia Alves Miranda Bandeira Duarte, Maria da Conceição Mendes Monteiro Moio Pereira e Bernardo Alves dos Santos.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Abílio de Melo Rosário Sabino com os secretários, Fernando Manuel Martins Clérigo e Maria José Carvalho Ferreira Rocha, deu início à reunião pelas 21H00.

**Antes da Ordem dos Trabalhos:**

1. - Assuntos Gerais de interesse para a Autarquia

O presidente da Assembleia deu a palavra ao público, tendo-se inscrito o freguês David Marques Leal, residente no Coto que se apresentou como um dos proponentes do Movimento pela Freguesia do Coto, cujo objetivo primordial é a restituição da referida freguesia. Referiu que o objetivo da intervenção é dar a conhecer o movimento às forças políticas representadas na Assembleia, fazendo, simultaneamente, a entrega de um dossier a cada uma onde constam as razões e fundamentação para alcançarem tal desígnio. Tanto a sua intervenção, como o documento entregue encontram-se anexos a esta ata.

De seguida pediu a palavra o freguês António Pedro que se identificou como um dos proponentes do movimento pela reconstituição da freguesia do Coto, tendo reiterado a palavras do orador anterior.


De seguida pediu a palavra o eleito Ricardo Oliveira solicitando esclarecimentos sobre um e-mail anteriormente enviado em que referia a falta de uma estrutura para colocação de uma rede para a prática de ténis no Campo Desportivo da Fanadia.

Foi dada a palavra a seguir à eleita Sofia Cardoso informando que a documentação entregue pelo freguês David Leal iria merecer da sua parte uma análise detalhada.

Pediu depois a palavra o eleito Osvaldo Verdasca para questionar o Presidente da União de Freguesias sobre as razões da não instalação de uma árvore de Natal no lago do Parque D. Carlos e para saber quais as iniciativas pensadas para o local.

Interveio em seguida o eleito Sérgio Pereira para questionar o Presidente do Executivo sobre se alguma vez houve alguma solicitação para instalar uma rede no Campo da Fanadia para a prática de ténis.

Pediu depois a palavra o eleito Pedro Raposo para salientar, a propósito das intervenções do público, a diversidade de cenários territoriais



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA  
SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO**

ATA

SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

coexistentes na União de Freguesias. Relativamente à proposta do movimento para a reinstalação da freguesia do Coto informou que o documento já tinha sido entregue anteriormente ao PSD, que já o tinha apreciado, cumprimentando o grupo pela qualidade do trabalho desenvolvido. -----

Foi dada em seguida a palavra ao Presidente do executivo, Pedro Brás, que disse que, em relação à desagregação da freguesia do Coto estar do lado da população, e que iria estudar e analisar o documento entregue. -----

Quanto à rede para a prática de ténis no Campo da Fanadia disse que o referido mail já chegou no início do mandato que agora se inicia, pelo que terá de transitar para o próximo orçamento. -----

Sobre a árvore de Natal informou que, devido à realização das eleições não quis comprometer o executivo que saísse vencedor, mas que iria organizar o Mercado de natal e a casa do Pai Natal iria funcionar na Casa dos Barcos. -----

**Ordem dos Trabalhos:** -----

O presidente da Assembleia propôs que o Ponto 3 – Tomada de Posse pelo membro que tinha faltado à reunião de instalação passasse para ponto 2, dando assim possibilidade ao novo eleito de votar na Moção, passando esta para o ponto 3. Posto à consideração da Assembleia, todos os eleitos concordaram com a sugestão. -----

2. – Tomada de Posse dos Novos Órgãos Autárquicos da Freguesia, do membro que faltou ao ato de instalação: Tiago André da Silva Barata. -----

3. – Moção pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975. -----

Após a leitura da moção apresentada pelo eleito do CHEGA por parte da Mesa, foi dada a palavra à Assembleia. -----

Inscreveu-se a eleita Sofia Cardoso que, em nome do CDS, reconheceu a importância do 25 de novembro de 1975, mas sublinhou que a data não deve ser instrumentalizada, devendo-se evitar divisionismos, sendo celebrada com equilíbrio e responsabilidade, pelo que anunciou que se iria abster, entregando uma declaração de voto que ficará apenas a esta ata.

Em seguida pediu a palavra a eleita Ana Arroja, em nome do grupo do VM referindo que a presente moção não acrescenta valor ao debate democrático local, nem contribui para a coesão institucional que deve orientar os trabalhos desta Assembleia, introduzindo uma leitura histórica suscetível de acentuar divisões políticas e simbólicas uma vez que se foca num único Partido Político e, por essa razão e no respeito pelos princípios da memória democrática e da responsabilidade institucional, a moção

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA  
SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO

ATA

SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

submetida não reúne as condições necessárias para merecer aprovação. Em nome do VM, entregou uma declaração de voto que se encontra anexa a esta ata. -----

Colocada a moção proposta pelo Chega à votação, esta foi **reprovada com 7 votos contra do VM, 5 abstenções do PSD e CDS e 1 voto a favor do Chega.** -----

4. - Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida e da situação financeira da Freguesia, ao abrigo do disposto na alínea e), nº 2 do Art.º 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foi concedida a palavra ao Presidente do Executivo que expôs sucintamente o ponto, uma vez que o documento já tinha sido enviado atempadamente para todos os membros da Assembleia. -----

Interveio então a eleita Sofia Cardoso solicitando que, sempre que se escrevam siglas, no âmbito dos protocolos, estas sejam explicadas ou escritas por extenso aquando da sua primeira utilização. Pediu ainda esclarecimentos sobre os protocolos apresentados para uma melhor leitura. Pediu depois a palavra o eleito Pedro Raposo para dar uma nota positiva pelo facto de o Presidente do Executivo ter tido a iniciativa de mobilizar os grupos da oposição para uma reunião prévia possibilitando desse modo que estes propusessem as sugestões que achassem pertinentes. -----

5. - Discussão e aprovação do Mapa de pessoal, nos termos do nº 3 do art. 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de fevereiro. -----

O Presidente da União de Freguesias esclareceu algumas questões, nomeadamente quanto à reorganização do serviço de psicologia. -----

Pediu a palavra a eleita Sofia Cardoso informando que, após análise do Mapa do Pessoal, considerou que o documento cumpre a lei. Aproveitou para fazer a ligação com o ponto seguinte - as opções do Plano - sublinhando que não há crescimento desregulado, sendo comedido, que as opções são coerentes com o orçamento. Referiu, contudo, que na sua opinião o documento consolida o presente mas não projeta o futuro, pelo que iria votar a favor, mas apresentando uma declaração de voto que será anexa a esta ata. Esta declaração de voto foi secundada pelo grupo do PSD. -----

Colocado à votação, o Mapa do Pessoal foi **Aprovado por unanimidade.** -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA  
SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO**

ATA

SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

6. – Discussão e votação das Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2026. -----

Por solicitação do Presidente do executivo foi dada a palavra ao Técnico Oficial de Contas que explicou alguns dos pontos mais técnicos, referindo que a receita se encontra dentro da média dos valores cobrados nos últimos 24 meses, juntamente com as transferências e receitas. -----

Pediu a palavra a eleita Sara Malhoa que disse que gostaria que o Orçamento fosse mais específico, que discriminasse a parte que cabe a cada freguesia, as verbas referentes à EB do Coto e edifício da Junta de Freguesia do Coto. -----

Em resposta, o Presidente Pedro Brás referiu que no documento vem referida a verba destinada à manutenção de todas as escolas da União de Freguesias, sublinhando que, relativamente ao edifício da Junta do Coto todas as obras necessárias serão realizadas. -----

Interveio de seguida o eleito Pedro Raposo que disse que quanto à EB do Coto deve haver um espaço para debater a situação e que aguarda a divulgação do estudo técnico que fundamenta a decisão do seu encerramento. -----

Quanto ao documento apresentado, disse que, após uma leitura crítica, considera que cumpre a legislação em vigor mas que não é suficiente, pois é predominantemente contabilístico, pouco orientado nas opções políticas e que na sua opinião revela pouca articulação entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Informou que o PSD iria entregar uma declaração de voto. -----

Pediu depois a palavra a eleita Sofia Cardoso reforçando a anterior observação sobre a EB do Coto. Quanto ao Orçamento considera que este é um orçamento de gestão e sem visão, afirmando que quem governa deve preparar o futuro, questionando a falta de uma lista de prioridades e indicadores de eficiência. Quanto à área social, na sua opinião, o documento não define metas, não quantifica beneficiários, não avalia eficácia. Perguntou ainda onde se aplica o orçamento participativo. Por fim, considerou que a reprovação não serviria os fregueses, pelo que votaria a favor do interesse da União de Freguesias, entregando uma declaração de voto. O Presidente Pedro Brás interveio para esclarecer que a rubrica nova "Outros" tinha a ver com a necessidade legal de proceder ao pagamento de subsídio aos funcionários que tivessem trabalho de risco. -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA  
SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO**

ATA

SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

Sobre o Orçamento participativo informou que este não avançou porque a autarquia tem de avançar com a verba e por vezes não há fundo de maneiio. -----

**Colocado este ponto à votação, foi Aprovado por Unanimidade**-----

7.- Discussão e aprovação da proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia de Freguesia, nos termos do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

O Técnico Oficial de Contas interveio para explicar o teor deste ponto. -----

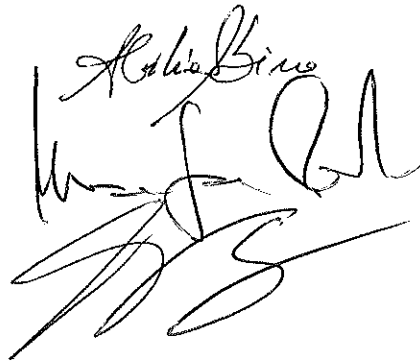
Não havendo pedidos de intervenção, foi colocada à votação, tendo sido

**Aprovada por Unanimidade.** -----

Esta ata foi lida e aprovada por unanimidade, pelos presentes nesta Assembleia de Freguesia, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** -----

Eram 23 horas e 40 minutos, quando pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, foi dada por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----



Assembleia de Freguesia 18 Dezembro de 2025

(Anexar à ata.)

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia,

Venho por este meio solicitar esclarecimento relativamente a um e-mail( em apêndice) que enviei anteriormente a esta Junta de Freguesia, no qual expus a falta de uma estrutura essencial no novo campo desportivo da Fanadia, necessária para a sua correta utilização.

Até à presente data, não obtive resposta objetiva ao pedido efetuado, motivo pelo qual venho novamente questionar se existe alguma previsão para a resolução do problema identificado.

Trata-se de uma infraestrutura desportiva que deveria poder ser utilizada pela população, pelo que considero importante a sua correção, para que esteja disponível aos utilizadores.

Agradeço antecipadamente, desde já, todos os esclarecimentos que possa dar sobre o assunto.

Ricardo Oliveira

-----  
Apêndice:

*"Exmo. Sr. Presidente da União de Freguesias de Nossa Senhora do Popúlo Coto e São Gregório.*

*Após aguardar a conclusão do campo desportivo da Fanadia na Freguesia onde eu resido (Freguesia de São Gregório) e após constatar que nas ações de campanha eleitoral foi destacado a sua conclusão, Desloquei-me ao local com o objetivo de pratica de Ténis junto com o meu filho praticante da modalidade, mas constatei que apesar de existir as corretas marcações no piso, não está contemplada a possibilidade de colocação de postes para montagem da respetiva rede.*

*Como tal, é evidente que, apenas as marcações no piso e a ausência das restantes valias, inviabilizam a pratica da modalidade, tanto a mim e ao meu filho como ao resto da comunidade.*

*Gostaria portanto de questionar o Executivo da Junta de Freguesia com o objetivo de saber: Se a possibilidade da pratica de Ténis está contemplada naquele recinto (o que acredito ser lógico, pois existem as respetivas marcações no próprio piso)? Se está projetado a possibilidade de colocação de postes de rede de Ténis? E se sim, quando será possível a sua utilização?*


*Pois, de momento continua impossibilitada a sua plena utilização, esta situação limita a prática da modalidade e contraria as expectativas dos utilizadores que aguardavam uma infraestrutura completa e funcional.*

*Solicito , por isso, que este lapso seja corrigido com a maior brevidade possível, procedendo-se à correção técnica, garantindo assim o pleno aproveitamento do investimento realizado e o correto serviço à população.*

*Agradeço desde já a atenção dispensada e fico a aguardar uma resposta célere.*

*Com os melhores cumprimentos, Ricardo Oliveira 22/11/2025"*



	<b>MOÇÃO</b>		Proposta nº	001/2025
	Moção pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975		Partido CHEGA	
			CARLOS LOUREIRO	
ASSEMBLEIA UNIÃO FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DO PÓPULO, COTO e S. GREGÓRIO		DATA	20/11/2025	

**Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da União de Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e S. Gregório,**

No dia 25 de Novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajectória democrática. Num contexto de imensa instabilidade política, social e militar, o período do chamado de “*Processo Revolucionário em Curso*” (PREC), deu-se uma viragem que permitiu assegurar a autoridade do Estado Democrático e libertar o país da tensão crescente que se verificava entre forças radicais e moderadas. Após o “verão quente de 75”, o 25 de Novembro revelou-se o verdadeiro dia em que Portugal e os portugueses finalmente conquistaram a democracia.

A importância deste dia reside não apenas na circunstância imediata do controlo da crise militar, como na reafirmação do mandato democrático das instituições civis, bem como a garantia de que o caminho iniciado em 25 de Abril de 1974 continuaria em direcção ao estabelecimento de um regime de democracia parlamentar.

Este ano, como marco do 50.º aniversário, o Estado português decidiu dar à data uma assinalável visibilidade institucional, tendo sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que determina a realização das comemorações do cinquentenário e a criação de uma Comissão específica para o efeito.

Além disso, pela primeira vez com contornos solenes no Parlamento, a Assembleia da República assinalará oficialmente o 25 de Novembro como data de memória democrática, o que sublinha o seu reconhecimento formal como momento fundacional da estabilidade democrática em Portugal.


Assim, celebramos o 25 de Novembro como um dia de reafirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, da legalidade democrática e da convivência cívica. Celebramos aqueles que, num tempo incerto, defenderam que o caminho para uma democracia não devia transformar-se numa deriva caótica ou autoritária, mas antes num regime democrático plural.

Celebramos, pois, o triunfo da moderação, da legalidade, da possibilidade de discussão política livre.

Que este 50.º aniversário sirva não só para recordar os acontecimentos de 1975, mas também para refletir sobre o nosso presente e futuro: sobre o compromisso coletivo com a democracia, sobre a participação activa dos cidadãos, sobre os espaços de liberdade que construímos, e que devemos preservar. Celebremos, com orgulho e responsabilidade, este dia que reafirma que, em Portugal, a liberdade conquistada em abril encontrou o seu firme complemento em novembro.

Celebrar o 25 de Novembro é recordar que a democracia tem inimigos, antigos e novos, e que a defesa da liberdade de pensamento e de expressão exige vigilância permanente e é da responsabilidade de todos, dar a vida pela mesma.

<b>O(s) Proponente(s)</b>	Carlos Loureiro
-------------------------------	-----------------

	<b>MOÇÃO</b>		Proposta nº	001/2025
	Moção pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975		<b>Partido CHEGA</b>	
			CARLOS LOUREIRO	
ASSEMBLEIA UNIÃO FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DO PÓPULO, COTO e S. GREGÓRIO		DATA	20/11/2025	

É, à luz deste legado que, se torna imperativo afirmar que qualquer tentativa de ilegalização da segunda maior força política de Portugal representa uma afronta direta ao espírito do 25 de Abril de 1974 e do 25 de Novembro de 1975.

Essa tentativa ataca o pluralismo democrático e tenta usar o expediente judicial para vencer quem não consegue, pelo voto popular.

Da esquerda totalitária de 1975 às novas formas de autoritarismo cultural, político ou institucional de hoje, todos aqueles que tentem silenciar adversários políticos devem ser combatidos.

Neste dia histórico devemos ainda relembrar os heróis de Novembro, nomeadamente os militares do Regimento dos Comandos, sob a liderança determinada do então Tenente-Coronel Jaime Neves, os quais impediram que as forças da extrema-esquerda antidemocráticas impusessem, pela força, um regime totalitário de inspiração marxista-leninista, semelhante aos que então vigoravam em Cuba, China, Coreia do Norte ou União Soviética.

Prestamos igualmente a nossa homenagem a homens como o General Pires Veloso e os seus homens no Norte, bem como a acção da Força Aérea que sob as ordens do General Lemos Ferreira, deslocou os seus meios aéreos para a Base de Cortegaça, evitando que estes caíssem em mãos Comunistas, estabelecendo aí o refúgio de milhares de civis e militares, que se juntaram e constituíram um verdadeiro muro, garante de uma alternativa, caso “a coisa desse para o torto”.

O 25 de Novembro foi assim o momento em que Portugal disse CHEGA ao extremismo e à tentativa de subverter a vontade popular.

Assim, os eleitos do Partido Chega homenageiam com profundo respeito, todos os militares e civis que garantiram a vitória da liberdade no 25 de Novembro;

Enaltecem a coragem daqueles que impediram que Portugal caísse nas sombras do totalitarismo marxista;

Condenam qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, incluindo iniciativas que pretendam ilegalizar forças políticas legitimadas pelo voto popular;

Reafirmam a sua determinação em defender os valores democráticos consagrados na Constituição da República Portuguesa. 25 de Novembro, sempre. Comunismo nunca mais!

19 de Novembro de 2025

**O(s) eleito(s) do Partido CHEGA na Assembleia da União de Freguesias**

**Carlos Loureiro**

<b>O(s) Proponente(s)</b>	Carlos Loureiro
-------------------------------	-----------------

**Senhor Presidente, membros da Mesa**

**Senhor Presidente da União de Juntas e restante Executivo**

**Senhoras e Senhores Membros da Assembleia,**

Discutimos hoje uma moção que propõe a valorização política e simbólica do 25 de Novembro de 1975. Quero começar por afirmar algo que deve ser claro e inequívoco: **ninguém nesta sala nega a importância do período histórico em que essa data se insere, nem a complexidade dos acontecimentos que marcaram a consolidação da democracia portuguesa.**

O 25 de Novembro foi um acontecimento importante e significativo, com profundas implicações na construção da nossa democracia, inserido num processo mais amplo iniciado a **25 de Abril de 1974**, data que representa, de forma consensual, o fim da ditadura, a conquista da liberdade, dos direitos fundamentais e da soberania popular. É esse momento fundador que une os portugueses e que estrutura o nosso regime democrático.

A moção hoje apresentada procura **reler a história de forma seletiva**, promovendo uma evidente carga ideológica, ao silenciar nomes de militares com relevância para o sucesso das operações como Ramalho Eanes, Melo Antunes ou Costa Gomes, entre outros. Em vez de promover o conhecimento histórico plural, transforma um momento complexo e controverso num instrumento de confronto político, ao reduzir o essencial da moção a um único partido político.

A democracia portuguesa não precisa de novas divisões simbólicas. Precisa, isso sim, de **memória histórica responsável**, de respeito pela diversidade de interpretações e de reconhecimento de que a liberdade que hoje vivemos resulta de um processo coletivo, plural e inacabado.

Por essas razões, nós, os eleitos do Movimento Vamos Mudar **votamos contra esta moção:**

- ⓐ porque não promove consenso,
- ⓑ porque não acrescenta valor à democracia,
- ⓐ e porque instrumentaliza a história para fins políticos imediatos.

Honrar a democracia é defender a liberdade, o pluralismo e a memória comum — não dividi-la.

Aproveito ainda para acrescentar que o Movimento Vamos Mudar irá entregar uma Declaração de Voto, para ficar anexa a esta ata.

**Muito obrigado.**



## Declaração de Voto

O nosso voto contra a presente moção assenta em razões de natureza institucional e histórica.

Reconhecendo a relevância do período a que o **25 de Novembro de 1975** se reporta, entendemos que essa data deve ser enquadrada no processo democrático iniciado a **25 de Abril de 1974**, marco fundador da liberdade e da democracia em Portugal.

Consideramos que a presente iniciativa não acrescenta valor ao debate democrático local, nem contribui para a coesão institucional que deve orientar os trabalhos desta Assembleia, introduzindo uma leitura histórica suscetível de acentuar divisões políticas e simbólicas uma vez que se foca num único Partido Político, e, por essa razão e no respeito pelos princípios da memória democrática e da responsabilidade institucional, a moção hoje submetida à apreciação desta Assembleia não reúne, do nosso ponto de vista, as condições necessárias para merecer aprovação.

Ⓜ porque não promove consenso,

Ⓜ porque não acrescenta valor à democracia,

Ⓜ e porque instrumentaliza a história para fins políticos imediatos.

Por essas razões, votamos contra.

Caldas da Rainha, 18 de dezembro de 2025

Pe'l'O grupo do Movimento Vamos Mudar

da Assembleia da União de Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório





## **Intervenção do CDS-PP**

### **Assembleia de Freguesia – Moção do CHEGA**

Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Junta,  
Senhores Membros do Executivo,  
Senhoras e Senhores membros da Assembleia, e público aqui presente,

O CDS reconhece, sem ambiguidades, a importância histórica do 25 de Novembro de 1975 para a consolidação da democracia portuguesa.

Foi um momento decisivo para pôr termo às derivas revolucionárias do PREC e para garantir que Portugal seguisse o caminho da liberdade, do pluralismo e do Estado de direito.

Dito isto,

o CDS entende que o reconhecimento histórico dessa data não deve ser instrumentalizado para aprofundar clivagens políticas no presente. A democracia portuguesa consolidou-se precisamente porque soube transformar um período de grande tensão num processo de reconciliação nacional, culminando na Constituição de 1976.

A moção hoje apresentada pelo CHEGA parte de uma leitura excessivamente confrontacional desse período, procurando projetar para a atualidade uma lógica de divisão que o CDS não acompanha.

Para nós, o 25 de Novembro deve ser afirmado como um momento de estabilização democrática, e não como um instrumento de combate político permanente.

Entendemos, igualmente, que a memória histórica deve ser tratada com responsabilidade institucional, evitando leituras simplificadoras ou politicamente seletivas da complexidade do processo revolucionário e da transição democrática portuguesa.

Assim, não acompanhando o tom nem o enquadramento político desta moção, mas reconhecendo a relevância histórica da data que lhe serve de base, o CDS opta por uma posição de equilíbrio e responsabilidade: **a abstenção**.

Uma posição que não apaga a história, não relativiza a democracia e não cede a narrativas polarizadoras, mas que reafirma o compromisso do CDS com uma memória histórica séria, plural e ao serviço da coesão nacional.

Muito obrigado.



## Declaração de Voto CDS-PP

### Moção CHEGA

A eleita do CDS-PP reconhece, sem ambiguidades, a importância histórica do 25 de Novembro de 1975 para a consolidação da democracia portuguesa, tendo sido um momento decisivo para pôr termo às derivas revolucionárias do PREC e para garantir que Portugal seguisse o caminho da liberdade, do pluralismo e do Estado de direito.

Não obstante, o CDS-PP entende que o reconhecimento histórico dessa data não deve ser instrumentalizado para aprofundar clivagens políticas no presente. A democracia portuguesa consolidou-se precisamente porque soube transformar um período de grande tensão num processo de reconciliação nacional, culminando na Constituição de 1976.

A moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA assenta numa leitura excessivamente confrontacional desse período histórico, procurando projetar para a atualidade uma lógica de divisão que o CDS-PP não acompanha. Para o CDS-PP, o 25 de Novembro deve ser afirmado como um momento de estabilização democrática, e não como um instrumento de combate político permanente.

Entende ainda o CDS-PP que a memória histórica deve ser tratada com responsabilidade institucional, evitando leituras simplificadoras ou politicamente seletivas da complexidade do processo revolucionário e da transição democrática portuguesa.

Assim, não acompanhando o tom nem o enquadramento político da moção, mas reconhecendo a relevância histórica da data que lhe serve de base, o CDS-PP optou pela **abstenção**.

Caldas da Rainha, 18 de dezembro 2025

Sofia Cardoso

*(os membros do PSD subscreveram esta moção)*





## Intervenção do CDS-PP

### Assembleia de Freguesia – Orçamento 2026

Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Junta,  
Senhores Membros do Executivo,  
Senhoras e Senhores membros da Assembleia, e público aqui presente,

Falo hoje em nome do **CDS-PP**, com sentido de responsabilidade e respeito institucional, mas também com a firmeza que a oposição democrática exige.

O Orçamento para 2026 apresenta um crescimento de cerca de 10%. À primeira vista, poderia parecer um sinal positivo. No entanto, quando analisamos com atenção, percebemos que **mais dinheiro não significa necessariamente melhor política.**

Este é, acima de tudo, um **orçamento de gestão**, não um orçamento de **visão**.

---

#### 1. Menos investimento, menos futuro

O dado mais preocupante é claro:

👉 **o investimento cai mais de 28% face a 2025.**

Num território que precisa de:

- requalificação do espaço público,
- valorização urbana,
- melhoria de equipamentos,

optar por reduzir o investimento é um **sinal político errado**.

O CDS-PP acredita que:

**quem governa deve preparar o futuro, não apenas manter o presente.**

Este orçamento mantém, mas **não transforma**. Gere, mas **não projeta**.

---

## 2. Despesa corrente dispara sem estratégia visível

Registamos um aumento de cerca de **42% na aquisição de bens e serviços**.

Perguntamos legitimamente:

- Onde está a priorização?
- Onde estão os objetivos claros?
- Onde estão os indicadores de eficiência?

Manter jardins, limpar ruas e conservar espaços é essencial — o CDS-PP reconhece isso.

Mas **sem planeamento**, a despesa corrente torna-se **permanente e difícil de controlar**.

---

## 3. Área social: boas intenções, pouca avaliação

O Executivo destaca a área social, e **bem**. Mas este orçamento:

- não define metas,
- não quantifica beneficiários,
- não avalia impacto.

Quantas famílias vão ser apoiadas?

Quantos idosos abrangidos?

Que resultados concretos se esperam?

O CDS-PP defende uma política social **eficaz, não apenas bem-intencionada**.

---

## 4. Dependência excessiva do Estado

Mais de **80% da receita depende de transferências**.

Num manifesto que falava de autonomia e responsabilidade local, este orçamento:

- não diversifica receitas,
- não valoriza os ativos da freguesia,
- não reduz a dependência externa.

👉 Autonomia política exige também **autonomia financeira**.

---

## 5. Orçamento Participativo qual o seu destino?

O Orçamento Participativo corre o risco de ser tratado como mera formalidade, quando devia ser um verdadeiro instrumento de participação cívica.

O CDS-PP acredita na proximidade às pessoas — e isso exige mais do que cumprir calendário.

## 6. Conclusão política

Senhor Presidente,

Este não é um orçamento tecnicamente errado.  
Mas é um orçamento **politicamente curto**.

Falta-lhe:

- ambição,
- investimento estruturante,
- visão de médio prazo.

Num contexto exigente, o CDS-PP considera que **bloquear a execução orçamental não serviria os interesses da freguesia nem dos seus habitantes**.

O nosso voto favorável é, por isso, um **voto de responsabilidade**, mas também um **voto de exigência**.

O CDS-PP deixa claro que:

- continuará atento à execução do Orçamento;
- exigirá maior ambição em matéria de investimento;
- defenderá políticas sociais com objetivos e resultados mensuráveis;
- reclamará maior autonomia financeira e melhor planeamento estratégico.

Este é um voto a favor da freguesia,  
**não um cheque em branco ao Executivo**.

É esta a oposição séria, construtiva e responsável que o CDS-PP continuará a fazer.

Muito obrigado.





## Declaração de Voto

CDS-PP – Orçamento 2026 e GDP

O eleito do **CDS-PP** votou favoravelmente o Orçamento para o ano de 2026, esclarecendo que este sentido de **voto não representa concordância plena** com todas as opções do Executivo.

O CDS-PP entende que, apesar das reservas manifestadas durante a sua intervenção, designadamente quanto à redução do investimento, ao aumento significativo da despesa corrente e à ausência de uma estratégia mais ambiciosa de médio prazo, o Orçamento apresentado assegura o regular funcionamento da Junta de Freguesia, a continuidade dos serviços essenciais à população e o equilíbrio financeiro da autarquia.

O sentido de voto favorável resulta de uma posição de **responsabilidade institucional**, considerando que a rejeição do Orçamento poderia comprometer a normal execução das atividades da Junta e não serviria o interesse público.

O CDS-PP reafirma que acompanhará com atenção a execução orçamental, mantendo uma postura exigente e construtiva, nomeadamente no que respeita à necessidade de reforço do investimento, à avaliação das políticas sociais e à promoção de uma gestão financeira sustentável.

Caldas da Rainha, 18 de Dezembro de 2025

Sofia Cardoso





## Intervenção do CDS-PP

### Mapa de Pessoal 2026 – Assembleia de Freguesia

(≈ 2 minutos)

Senhor Presidente,  
Senhores Membros do Executivo,  
Senhoras e Senhores Deputados,

O **CDS-PP analisou o Mapa de Pessoal para 2026** com sentido de responsabilidade e rigor, princípios que sempre defendemos na gestão pública.

Do ponto de vista **legal e formal**, o documento cumpre a Lei e identifica de forma clara os postos de trabalho necessários ao funcionamento da Junta. Não há crescimento descontrolado da estrutura nem criação excessiva de lugares, o que é positivo e revela contenção.

O Mapa de Pessoal prevê **20 postos de trabalho**, com apenas **dois por preencher**, e uma forte aposta nas carreiras operacionais. Esta opção é coerente com as competências da Junta e com o Orçamento apresentado, que mantém as despesas com pessoal dentro de limites sustentáveis.

O CDS-PP valoriza esta abordagem prudente:

👉 **pessoas certas, nos lugares certos, sem inchar a máquina administrativa.**

No entanto, deixamos uma nota política clara:

este Mapa de Pessoal, tal como o Orçamento, **consolida o presente, mas não projeta o futuro**. Não se vislumbra um reforço de áreas técnicas ou de planeamento que permita maior autonomia, melhor gestão e menos dependência de serviços externos.

Ainda assim, entendemos que o Mapa de Pessoal **não compromete o equilíbrio financeiro**, é coerente com o Orçamento e garante a continuidade dos serviços à população.

Por isso, o CDS-PP assume uma posição responsável: **acompanhamos o documento**, mantendo uma postura exigente quanto à sua execução, sempre

com o objetivo de assegurar boa gestão, proximidade aos cidadãos e respeito pelos recursos públicos.

Muito obrigado.



## Declaração de voto

### CDS-PP

#### Mapa de Pessoal 2026 – Assembleia de Freguesia

A eleita do **CDS-PP** votou favoravelmente o **Mapa de Pessoal para o ano de 2026**, por entender que o documento cumpre os requisitos legais previstos no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e identifica, de forma adequada, os postos de trabalho necessários ao regular funcionamento da Junta de Freguesia.

O Mapa de Pessoal apresentado **não prevê um crescimento excessivo da estrutura**, limitando-se essencialmente à manutenção dos recursos humanos existentes, com apenas dois postos de trabalho por preencher, o que revela uma opção de contenção e equilíbrio.

O CDS-PP considera que esta estrutura de pessoal é **coerente com o Orçamento para 2026**, nomeadamente com a dotação prevista para despesas com pessoal, não colocando em causa a sustentabilidade financeira nem o equilíbrio orçamental da freguesia.

Contudo, tal como já foi referido na sua intervenção, o CDS-PP mantém algumas **reservas políticas**, em particular quanto à ausência de uma visão mais ambiciosa de médio prazo, quer ao nível do investimento, quer no reforço de áreas técnicas ou de planeamento que permita maior autonomia, melhor gestão e menos dependência de serviços externos.

Ainda assim, entendemos que a rejeição do Mapa de Pessoal poderia comprometer o regular funcionamento dos serviços e não serviria o interesse público.

Por essa razão, o CDS-PP assume uma posição de **responsabilidade institucional**, acompanhando o documento, mas deixando claro que **continuará atento à sua execução**, defendendo sempre uma gestão rigorosa, sustentável e orientada para as necessidades da população.

Caldas da Rainha, 18 de dezembro 2025

Sofia Cardoso





## **Intervenção do PSD**

### **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026**

União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório

O documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 apresenta-se tecnicamente conforme o quadro legal aplicável, cumprindo os normativos do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), do regime financeiro das autarquias locais e da legislação orçamental em vigor. No entanto, essa conformidade formal não é suficiente para garantir que o orçamento cumpra a sua função essencial enquanto instrumento político, estratégico e de proximidade, sobretudo no contexto de uma Junta de Freguesia.

O que se nos apresenta é, acima de tudo, um documento de natureza predominantemente contabilística, excessivamente centrado na construção técnica do orçamento e pouco orientado para a explicitação da ação política, das prioridades estratégicas e do impacto concreto das opções tomadas na vida das populações.

#### **1. Orçamento desligado da atividade política e das GOP**

Um dos aspetos mais frágeis do documento reside na escassa articulação entre o orçamento e as atividades concretas da Junta. Apesar de se afirmar que o orçamento reflete as prioridades do Executivo e dá cumprimento às Opções do Plano, essa ligação não é claramente demonstrada.

As GOP não são acompanhadas por um enquadramento político explícito, nem por uma narrativa estratégica que permita compreender:

- quais os principais problemas identificados no território,
- que objetivos políticos se pretendem atingir em 2026,

- e de que forma os recursos financeiros alocados contribuem para esses objetivos.

O orçamento surge assim como um exercício de previsão financeira autónomo, em vez de um instrumento ao serviço de uma estratégia política definida. Esta desconexão dificulta seriamente o apuramento da orientação política do Executivo e limita a capacidade da Assembleia de Freguesia exercer plenamente a sua função fiscalizadora.

## **2. Estrutura orçamental pouco transparente e excessivamente agregada**

A estrutura da despesa, em particular na aquisição de bens e serviços, evidencia um elevado grau de agregação em rubricas genéricas, como “Outros serviços” ou “Outros trabalhos especializados”, que concentram montantes muito significativos do orçamento.

Esta opção compromete a transparência política do documento, pois impede perceber:

- i) que ações concretas estão a ser financiadas,
- ii) quais os beneficiários diretos,
- iii) e qual o impacto territorial dessas despesas.

Para uma Junta de Freguesia — órgão de administração de proximidade por excelência — esta opacidade é especialmente problemática. A proximidade não se afirma apenas na execução, mas também na forma como se presta contas, e o orçamento deveria ser um instrumento inteligível para eleitos e cidadãos.

## **3. Predominância da despesa corrente e fragilidade da lógica de investimento**

O orçamento para 2026 evidencia uma acentuada predominância da despesa corrente, que representa cerca de 90% da despesa total, com especial destaque para:

- despesas com pessoal (quase metade do orçamento),
- e um crescimento muito expressivo da aquisição de bens e serviços.

Em contrapartida, a despesa de capital diminuiu significativamente, tanto em valor absoluto como em peso relativo. O investimento representa apenas cerca de 10% do orçamento, registando uma quebra face ao ano anterior.

Esta opção revela uma abordagem pouco ambiciosa no domínio do investimento, com projetos de reduzida escala financeira e impacto estrutural limitado. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta-se como um conjunto de intervenções dispersas, maioritariamente de manutenção ou pequena melhoria, sem uma visão integrada de desenvolvimento do território.

Não se identifica uma estratégia de investimento que:

- reforce a coesão entre as diferentes freguesias da União,
- responda a desafios estruturais,
- ou projete uma visão de médio e longo prazo para o território.

#### **4. Défice de proximidade política e territorial**

Apesar de algumas iniciativas de natureza social e cultural previstas no Plano Plurianual de Ações, estas surgem desligadas de uma leitura global das necessidades das populações e sem articulação clara com os recursos orçamentais disponíveis.

O documento não evidencia uma política de proximidade estruturada, nem traduz de forma clara o papel da Junta enquanto primeiro nível de contacto entre os cidadãos e a administração pública. Falta uma abordagem que valorize a Junta como espaço de mediação, intervenção comunitária e construção de respostas locais ajustadas.

## **5. Considerações finais**

Em síntese, o Orçamento e as GOP para 2026 revelam-se tecnicamente corretos, mas politicamente frágeis. A ausência de uma ligação clara entre orçamento, atividades e objetivos estratégicos compromete a leitura política do documento e reduz o seu valor enquanto instrumento de governação local.

O orçamento apresentado não permite compreender, de forma clara e inequívoca, qual é o projeto político do Executivo para a União das Freguesias, nem como este se traduz em escolhas financeiras concretas. Essa fragilidade prejudica o escrutínio democrático, a transparência e a afirmação de uma verdadeira política de proximidade.



## **Declaração de Voto**

### Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026

Votamos favoravelmente as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026 da União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, entendendo que a viabilização deste documento contribui para a estabilidade institucional e para a continuidade da ação da Junta de Freguesia.

Este voto favorável não traduz uma concordância plena com o conteúdo político do orçamento, mas sim uma opção construtiva e responsável, própria de uma oposição que entende que o exercício democrático também se faz pela crítica fundamentada e pela melhoria progressiva dos instrumentos de governação.

Reconhecemos que o documento é tecnicamente correto, mas consideramos que revela fragilidades relevantes. Em particular, verifica-se uma fraca ligação entre o orçamento e a atividade política concreta da Junta, o que dificulta a identificação clara das prioridades estratégicas e do impacto real das opções tomadas junto das populações.

A estrutura orçamental, excessivamente agregada em várias rubricas da despesa corrente, limita a transparência política e o escrutínio democrático. Para um órgão de proximidade, esta é uma dimensão que importa reforçar em futuros exercícios.

No domínio do investimento, assinala-se uma redução da ambição, com uma diminuição da despesa de capital e um Plano Plurianual de Investimentos composto maioritariamente por intervenções de pequena escala, sem uma visão integrada de desenvolvimento do território.

Entendemos ainda que o orçamento não evidencia de forma suficientemente clara uma política de proximidade, elemento central da atuação de uma Junta de Freguesia.

Assim, este voto favorável é acompanhado da expectativa de que o Executivo, ao longo dos próximos anos do mandato, apresente orçamentos mais estrategicamente orientados, com maior ligação entre GOP, atividades e recursos financeiros, reforçando a clareza política, a proximidade e a capacidade de planeamento.

Este é, por isso, um voto que viabiliza, mas não silencia; que constrói, mas não abdica da crítica; e que afirma uma oposição positiva, responsável e exigente.

Pedro Duarte Raposo

PSD – Partido Social Democrata